



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 54/2021

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 20/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM DE ÁGUA, PLUVIAL E SINALIZAÇÃO.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação apresentada pelo Prefeito Martins Dias de Oliveira, sendo que o mesmo, autorizou a abertura de processo licitatório para a contratação.

Ao processo está anexada Planilha Orçamentária elaborada pela técnica Weimar Quirino Jorge.

Estão anexados ainda a Minuta do Edital, Termo de Referência e demais anexos e minuta de Ata de Registro de Preços.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer refere-se a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A justificativa para a contratação é que a aquisição visa a melhorar qualidade do tráfego de veículos nas vias públicas municipais, tendo em vista as condições precárias nas quais se encontram várias vias urbanas, diminuído dessa forma os riscos de acidentes. Bem assim mantendo a infraestrutura rodoviária das vias públicas se torna de fundamental importância para o bem estar da população.

A justificativa não está acompanhada de documentos comprobatórios da demanda apresentada. A Lei Geral do Pregão (Lei nº 10.520/02, art. 3.º, I) exige que na fase preparatória do pregão a autoridade deverá justificar a necessidade de contratação.

O objeto da licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, drenagem de água pluvial e sinalização.

O Edital anuncia que as especificações do objeto estão inseridas no ANEXO I, Termo de Referência. O Termo de Referência apresenta a descrição Técnica do Objeto, do qual se depreende as etapas do processo de pavimentação asfáltica.

A definição do objeto no Edital consiste em delimitar o serviço que será prestado, sem, todavia, especificar quais as ruas ou estradas que serão asfaltadas, quantidades de ruas e o quantitativo de metragem que será asfaltado. A planilha orçamentária anexada indica somente que diversas ruas serão asfaltadas.

O Art. 3º, II, da Lei nº 10.8520/02, exige que o objeto seja preciso, suficiente e claro.

Nesse sentido, nota-se a ausência do Projeto Básico da obra que está sendo licitada. o projeto básico é o conjunto de elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou o serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (artigo 6º, inciso IX, da Lei n.º 8.666/1993). As



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

alíneas do Inciso IX, do referido artigo 6º especificam os elementos que devem estar presentes no Projeto Básico.

Assim, as informações declinadas no projeto básico constituem elementos imprescindíveis para caracterizar o objeto, propiciando aos licitantes interessados a formação de um preço, que constitui condição essencial à formulação da proposta para a Administração.

Dessa maneira, o inciso I do §2º, do artigo 7º da Lei de Licitações, definiu expressamente que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente, orçamento detalhado em planilhas, previsão de recurso orçamentários, dentre outras exigências e disponibilizado aos interessados em participar da licitação.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

Aparentemente, o objeto da contratação não se enquadra nas situações que autorizam a realização do processo licitatório mediante o sistema ora adotado, tendo em vista que a pavimentação asfáltica não constitui serviço a ser realizado rotineiramente, de forma que a sua complexidade não pode ser absorvida pelo Sistema de Registro de Preços.

Também, conforme previsto no art. 6º, IX, da Lei n.º 8.666/93, é necessária a definição completa e detalhada do objeto no Edital, tais requisitos demonstram não ter a obra de engenharia natureza comum, o que torna sua contratação incompatível com o escopo e a sistemática do SRP.

À administração cabe justificar o uso do SRP demonstrando que a obra de engenharia que está sendo contratada tem natureza comum.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações. Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

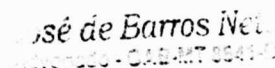
No caso, os documentos, Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo foram analisados e ressaltados no contexto, com as adequações à luz da legislação pertinente, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 01 de outubro de 2021.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12


José de Barros Neto
00000000-0000-0000-0000-00000000